

**TIBICUERA E OS CONFLITOS ENTRE JUSTIÇA E CORRUPÇÃO
NA PESSOA HUMANA**

**TIBICUERA AND THE CONFLITS BETWEEN JUSTICE AND CORRUPTION
IN HUMAN BEING**

RENÉ BERNARDES DE SOUZA JÚNIOR¹

RESUMO: Os conflitos entre Justiça e Corrupção na pessoa humana transcendem-na à sociedade, ao Estado e à humanidade. O construtivo e positivo é avaliável ao apreciarmos os efeitos universais enquanto positivos de nossas ações, contrário senso, será destrutivo e negativo e, portanto, injusto e corrupto; enquanto ética/ideal. O parâmetro pragmático/experiencial dá-se pela história, pelo que indispensável o estudo e formação da pessoa humana na conformação de tais parâmetros.

PALAVRAS-CHAVE: Tibicuera; pessoa; justiça; corrupção; parâmetros.

ABSTRACT: The conflicts between Justice and corruption in the human being transcend society, the State and mankind. The constructive and positive one must be evaluated on learning the universal effects as our positive actions, otherwise it shall be destructive and negative, and therefore it is unfair and corrupt; while ethis/ideal. The parameter praumatic/experimental happens by history, so indispensable the educacion and formation of human being in conformation with these parameters.

KEYWORDS: Tibicuera; person; justice; corruption; parameters.

¹ Professor na Universidade de Uberaba, Doutor em Direito Público pela PUC/SP. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4887014033128548>. E-mail: renebsj@terra.com.br

1 INTRODUÇÃO

Pretende-se no presente artigo desenvolver estudo a respeito dos conflitos existentes entre justiça e corrupção no indivíduo humano, a partir da obra *As aventuras de Tibicuera* de Érico Veríssimo, utilizando, para tanto, os conflitos descritos pelo personagem principal no decorrer do romance, nas reflexões realizadas por Tibicuera e no contexto dessa obra buscar temas das reflexões sugeridas a partir da estória, que se passa em meio a fatos históricos.

Metodologicamente ter-se-á o aporte de obras científicas e filosóficas a bem de, segundo a meta, verificar o cabimento das reflexões realizadas pelo personagem na literatura analisada interdisciplinarmente, na busca de um sentido de maior abrangência relativamente ao tema.

2 AS AVENTURAS DE TIBICUERA E SEUS CONFLITOS INTERNOS.

A obra de Érico Veríssimo trata de um índio que nascido esqualido, depois da desistência de seu pai sacrificá-lo, passa a ser chamado de Tibicuera (significando: cemitério, na língua Tupinambá).

De cedo esse personagem faz amizade com o Pajé que, com o passar do tempo, lhe ensina como perpetuar sua vida com jovialidade:

O remédio está aqui.-Tornou a bater na testa.- Está no espírito. Um espírito alegre e são vence o tempo, vence a morte. Tibicuera morre? Os filhos continuam. ... O corpo pode ser outro, mas o espírito é o mesmo. Eu te digo, rapaz, que isso só será possível se entre pai e filho existir uma amizade, um amor tão grande, tão fundo, tão cheio de compreensão, que no fim Tibicuera não sabe se êle e o filho são duas pessoas ou uma só.(Veríssimo, 1974, p. 21)

Dessa maneira Tibicuera vive durante mais de quatrocentos anos da história brasileira, de antes do descobrimento até o Estado Novo.

Vive como Tupinambá guerreando contra tribos inimigas até que é capturado por índios e salvo, catequizado e batizado pelo Padre Anchieta; participa, ao lado de Bartolomeu Vasconcelos da Cunha, da guerra para a expulsão dos corsários franceses, liderados por Nicolau Durand de Villegaignon, do Espírito Santo, Bahia e Pernambuco;

participou da Bandeira de Brás Cubas; Guerreou contra a Confederação dos Tamoios, momento em que fica perplexo com a atuação dos Padres Anchieta e Nobrega ao buscar desarmados o chefe Tamoio Coaquira e negociar a paz, o que planta em Tibicuera o desejo de tornar-se poeta, tal qual Anchieta; participa novamente da guerra para a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro ao lado do Governador Mem de Sá; todas as demais guerras havidas a partir daí, para a expulsão de invasores, tiveram a participação de Tibicuera, já falando o português, usando roupas e armas européias; até que passa a servir às cavaliças do Conde Maurício de Nassau, que despertou-lhe a paixão pela leitura, recebe influências desse intelectual "Uma vez vi o conde contemplando um globo-terrestre. Comecei a ter desejos de conhecer a Europa, de mudar de vida e ser finalmente um cidadão de boas maneiras." (Veríssimo, 1974, p. 61), em seguida abandona o conde e une-se aos compatriotas para a expulsão dos Holandeses de Recife.

Tibicuera, pelo amor à aventura, integra a Bandeira de Fernão Dias Paes; com a escravidão negra acaba sendo preso por um capitão do mato e é escravizado: 'Lembrei-me de Anchieta e duma bela história que êle contou uma noite em Piratininga. Cristo mandava oferecer a face esquerda a quem nos tivesse batido na direita... Eu era muito bronco, selvagem e fogoso para compreender o espírito da lição.'(Obra citada, página 69). Foge com um grupo de escravos e vai ao Quilombo dos Palmares jurando fidelidade diante de Zumbi, fugindo com a destruição do Quilombo.

Adiante:

ENTRAMOS NUM NOVO SÉCULO. No ano de 1800 eu me encontrava no Rio de Janeiro. Minha cabeça era um ninho de idéias confusas. As recordações da taba se misturavam com as dos quilombos, com as da guerra contra os holandeses e com as de meu convívio com Anchieta. Eu continuava a ser um homem solitário, se por um lado não era ainda civilizado, por outro lado já tinha deixado de ser um selvagem completo. ... Mas eu ainda sentia o desejo de aventura e, para mim, quem dizia *aventura* dizia *guerra*.

Narra a vinda de Dom João VI e as mudanças havidas no país a inspirar-lhe frequentar escola, estudar e exercer sua 'paixão pelos livros', visitando a biblioteca pública e "Aos poucos ia ficando com uma visão mais larga do mundo e da vida." (Obra citada, ps. 88/89).

Trabalhou Tibicuera para a Corte Portuguesa, depois para o Príncipe Regente, com a Independência:

No paço pude ver o sorriso satisfeito e sereno de um homem que desempenhou papel importante na nossa independência. Era o Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva. Tinha uma cabeça privilegiada. Depois de Anchieta, foi o primeiro homem que me fez duvidar da fôrça do músculo para me fazer pensar na fôrça do miolo.

...

No dia que ví Andrada com o sorriso da vitória, resolvi deixar de ser o Tibicuera valente das guerras para tratar de estudar um pouco. Em suma, queria trocar a espada pelo livro. Quando D. Pedro me disse:

- Tibicuera, pede o que queres...

... respondi:

- Um professor.

O príncipe ficou surpreso, Eu também...(Veríssimo, 1974, p. 99)

Em que pese tenha passado bom tempo em estudos e como funcionário público, conforme o deixara Dom Pedro I, Tibicuera abandona os livros e busca novas aventuras, sugestionado pelos livros que lia, acabando por enfileirar-se dentre os Farrapos na Revolução Gaúcha: "... E lá estava eu em cima dum cavalo, armado de lança, espada e pistola, lutando só por amor à aventura. Os ideais de poeta ficaram esmagados debaixo das patas dos cavalos. ...", e ao final dessa guerra:

...Estava com o corpo cheio de cicatrizes e a alma amargurada. Aquela guerra entre irmãos só agora me parecia com todo o seu pavor. Jurei a mim mesmo que não tomaria mais parte em revoluções. Uma noite Anchieta me apareceu em sonhos e pela expressão de seu rosto vi que êle não estava contente comigo. (Veríssimo, 1974, ps. 111/115)

Ainda assim, participa como voluntário do Exército Nacional na Guerra do Prata, depois de intervalo em que passou a cultivar e criar em uma granja que arrendara, novamente participa da Guerra do Paraguai.

Com o advento da República 'TIBICUERA CRIA JUÍZO' volta aos estudos e acaba por realizar um paralelo das invenções humanas e suas aventuras, o que faziam os intelectuais, cientistas, inventores enquanto o personagem nada realizava ou matava e destruía (Veríssimo, 1974, ps.130/138):

Voltando aos livros, tive ocasião de ler a vidas dos grandes vultos da história: santos, inventores, descobridores, artistas... Tomei nota da data dos inventos e descobertas mais importantes da humanidade. Procurei me lembrar de minha situação nessas datas. O resultado quase

sempre me foi desfavorável. É verdade que defendi muita causa justa, estive muitas vezes do lado que era bom e decente. Mas devo confessar que estudando o quadro que aparece no capítulo seguinte, achei no fim um grande saldo contra mim.

Dessa maneira o conflito interno de Tibicuera reside em seus atos e os resultados que geraram, se construtivos, inventivos promotores de melhoria para a humanidade, ou contrários, a promover a destruição ou a morte, eis os motivos que determinam a mudança postural do personagem a torná-lo um escritor e, no decorrer do livro, relatar os acontecimentos nacionais, agora sem sua participação, até o momento da escrita do livro em 1942.

3 A JUSTIÇA E A ÉTICA

Aristóteles nos ensina que a excelência ética encontra-se no meio, entre os extremos do excesso e do defeito (falta), assim, por exemplo e respectivamente, o corajoso é virtuoso porque foi educado e habituou-se a praticar a bravura distante na mesma proporção de ser temeroso ou covarde (2009, ps. 42/43).

A respeito da Justiça reconhece-a equívoca pela diversidade de espécies pelas quais pode ser tratada, é, no entanto a 'concentração de toda a excelência' maneira pela qual a conceitua como sendo "...justo num certo sentido o que produz e salvaguarda a felicidade bem como as partes componentes para si e para toda a comunidade. ..." (Aristóteles, 1974, p. 105).

Dessas breves lições pode-se retirar que a Justiça é coalizadora concentrando as excelências éticas na ação com o outro, onde sente-se a felicidade no realizar o bem para a comunidade, o que se dá pela habitualidade. O ser humano não nasce excelente em nada, mas pelo hábito em praticar algo torna-se excelente, para o bem ou para o mal (Aristóteles, 1974, p. 41).

Vale realçar que contemporaneamente onde Aristóteles utiliza o termo 'comunidade', utilizaria 'sociedade', pois as idéias que o Autor expressa em seu texto expressam esse sentido e entendimento, em conformidade com o que Jacques Maritain distingue elucidando os sentidos de comunidade - natural, instintiva, como a nação, por

exemplo - e sociedade, a reconhecer nesta um caráter racional, por ser de elaboração humana, fruto da liberdade, força moral e com um objetivo em comum, como a sociedade política, por exemplo.(1952, p. 10/13)

Immanuel Kant, por sua vez, aponta a moralidade, aí também falando da Ética, a partir do Imperativo Categórico, a cobrar universal responsabilidade pelo ato a ser praticado², a fundamentar o 'político moral' e combater o 'moralismo político' expressado por Maquiavel, segundo os seguintes termos: " Eu concebo um *político moral*, isto é, um que considere os princípios da prudência política como compatíveis com a moral; mas não concebo um moralista político, isto é, um que forje para si uma moral *ad hoc*, moral essa favorável às conveniências do homem do Estado." (*apud* Galeffi R., 1986, p. 237).

Aí, mais uma vez, agora na Idade Moderna, temos o mesmo princípio moral essencialmente fundado no outro, a ponto, inclusive, de determinar idealmente o horizonte prático político.

Jamais despiciente, a respeito, os ensinamentos do Professor Goffredo Telles Júnior:

Por força de sua natureza e de disposições genéticas, a espécie humana, distinguindo-se das outras espécies, encontra as formas de sua perfeição no domínio de bens morais.

Pois bem, a ordenação destinada a conduzir o homem de acordo com seus bens soberanos é, precisamente, a que se denomina *Ética* ou *Moral*³.

[...]

A vida do ser humano se caracteriza por consistir numa procura consciente e deliberada de bens.

O ser humano, por determinação genética, é conduzido por suas aspirações. Ele é levado pela ânsia de aumentar suas capacidades, de

² Consubstancia-se o Imperativo Categórico de Kant a fórmula máxima e a priori das escolhas humanas fundadas na liberdade, segundo os seguintes termos: 'age segundo uma máxima que contenha em si, ao mesmo tempo, a propriedade de valer universalmente para todo ser racional' (*apud* Galeffi, 1986, p. 159. Da mesma maneira em Brenda, 1940, p.132).

³ Em que pese *Ética* e *Moral* sejam tratadas como sinônimos por diversos autores, em verdade o que se reconhece implicitamente, inclusive neste artigo, é a proximidade semântica de ambas, pois com o alargamento semântico que recebeu no decorrer dos anos a *ética* tanto designa *ciência do fim*, quando identifica como ideal da conduta segundo a natureza humana, ou *ciência do móvel* da conduta humana; já a *moral* é palavra utilizada tanto para designar a doutrina ética, como a conduta humana passível de avaliação (Abbagnano, 2000, ps. 380 a 387 e 682). Ambas acabam por distinguir-se, e na prática é que se vê com maior clareza, no nível de abstração da *Ética* ser maior, por ter por objeto de seu estudo a *Moral*.

atualizar suas potencialidades, de crescer em conhecimentos, de penetrar a existência das cousas, de ampliar seus domínios. Ele é impulsionado por tensões persistentes, por impulso de sua natureza, por suas obstinações intelectuais, no sentido de alcançar um *status* mais elevado, ou melhor, ou mais cômodo, do que aquele em que ele se encontra.

Da mesma maneira considera Del Valle (1975, p. 54):

O homem vive na esperança de ser mais. Um profundo anelo de vencer o tempo e a morte preside sua vida. Todo ser humano é a expressão de uma esperança ou de uma tragédia. Ou o espírito do homem se dilata ou se contraí. E na contração do ser não pode haver paz nem complacência. A alternativa é esta: esperança ou desespero.

Daí que a ordem ética é a busca de um ideal para o relacionamento humano, segundo anseios sociais, perfazendo-se e atualizando-se na cultura, numa busca heterogênea da ordem social e ética. (Telles Júnior, 2014, ps. 254/257).

A ordem ética, o Direito inclusive, consubstancia-se na realização, ou tentativa, de um pensamento segundo uma forma ideal, objetivada e determinadora da direção a ser seguida segundo anseios sociais, de onde é retirada sua força para a construção do mundo histórico cultural (Telles Júnior, 2014, p.256).

Cabe analisar a convergência, ou não, dos anseios individuais e social.

3.1 O BEM SOCIAL E O BEM INDIVIDUAL

Karl Mannheim aponta a transformação trazida ao mundo político e científico com a perda do objetivismo religioso, a partir do desenvolvimento do protestantismo e seu atrelamento à política, a desenvolver racionalizações e elevações filosóficas para o que antes tratava-se de alcance, exercício e manutenção do poder, tudo a gerar o dogmatismo das posturas políticas e, conseqüentemente, distintas percepções do 'bem', tanto individual, quanto social (1968, ps. 60 a 63)

Complementa a abordagem Miguel Reale, ao ensinar existirem três teorias explicativas da relação entre o indivíduo e a sociedade, relativas ao bem mútuo.

A primeira, *individualismo*, surgiu com a concepção Liberal, na Idade Moderna, que compreende o fenômeno como de harmonização automática, pois se cada um buscar e cuidar do seu 'bem' toda a sociedade assim encontrará o 'bem comum'.

Noutra postura, a harmonia não é natural, necessariamente, e quando der-se o confronto dos interesses pessoais e do bem social, deve este prevalecer sobre os individuais, onde a plenitude da existência humana dá-se a serviço do bem social; é o *transpersonalismo* oriundo da concepção societista ou coletiva do justo.

A postura *personalista*, adotada por Reale, busca superar as anteriores, sustentando que não há harmonia natural entre indivíduo e sociedade, nem a necessária prevalência do interesse social sobre o indivíduo, pois apresenta contradições face as pontuais impossibilidades de satisfação deste (2006, ps. 240/241).

Há uma tensão constante entre os valores do indivíduo e os valores da sociedade, donde a necessidade permanente de composição entre esses grupos de fatores, de maneira que venha a ser reconhecido o que toca ao todo e o que cabe ao indivíduo em uma ordenação progressivamente capaz de harmonizar as duas forças (Reale, 2006, p. 241).

É interessante olharmos a perceber que entre os indivíduos conformadores da sociedade existem uns interesses e na sociedade conformada pelos mesmos apresenta outros interesses e nem sempre compatíveis, para compreendermos o paradoxo devemos analisar a tensão existente entre igualdade (objetiva) e a desigualdade (subjativa).

3.2 IGUALDADE, DESIGUALDADE E AS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO

Quando falamos de igualdade ou desigualdade entre seres humanos - lembrando que tratam-se de termos comparativos de pelos menos dois objetos - devemos designar 'em qual característica pessoal' são iguais dois indivíduos humanos. Estes termos não podem ser absolutos para afirmarem a identidade ou não identidade plena dentre características pessoais de membros da mesma espécie; de outra parte afirmar: 'todos os seres humanos são iguais em natureza' é uma tautologia, pois é essa a igualdade que determina a espécie humana.

Assim, somos naturalmente iguais, enquanto membros de uma espécie, e existencialmente desiguais, por termos as nossas existências⁴ marcadas pelas subjetividades de maneira única, mas não solitária.

Vivendo em conjunto por afinidades comuns formamos comunidades, quando unimo-nos para racionalmente buscar um objetivo comum a diversas pessoas, conformamos a sociedade (Maritain, 1952, 10/13), mas essa finalidade integradora não conforma, obrigatoriamente, afinidades entre os membros sociais.

Daí a necessidade de formar a autoridade garantidora do convívio interpessoal harmônico, assim o surgimento gradual e histórico do Estado contemporâneo, cada vez mais complexo e difícil definir, frente as múltiplas relações que se criaram entre o Estado e o complexo social, ou, melhor dizendo entre o governo e o corpo político (Bobbio et al., volume 1, p. 401), dentre as quais a de promover a Justiça distributiva, qual seja, promover condições materiais, espirituais, dignas e justas para a vida e desenvolvimento de todos da sociedade, conformando o corpo político. Para tanto, divergem tanto teóricos quanto políticos no decorrer da história ao definir as atribuições estatais em promover a igualdade segundo critérios que variam entre a plena igualdade material plena e a plena igualdade formal, apenas fundada na lei, segundo diferentes critérios de avaliação, ou seja, o termo tem historicamente alterado seu significado segundo critérios ideológicos⁵.

Sendo o Governo o encarregado do recolhimento e redistribuição da renda propiciadora da melhoria da qualidade de vida, inclusive por intermédio dos serviços públicos - com as incertezas semânticas que poucos assimilam quando usada a palavra 'igualdade' - a propiciar oportunidades de desvio dessa função.

⁴ "Pela existência, *sisti extra nihil*, o ser se encontra fora do nada. Conseqüentemente, a existência é 'aquilo pelo qual um ser se põe em ato formal e intrinsecamente fora do nada, e se é criado, fora da mera possibilidade e da potencia de suas causas'" (Del Vale, 1975, p. 29)

⁵ Ensina Norberto Bobbio (et al., 2002, ps. 598 a 605) existirem os seguintes critérios tradicionais de distribuição: partes iguais para todos, partes iguais aos iguais, partes iguais a um grupo relativamente, igualdade proporcional, a cada um segundo o próprio merecimento, distribuições desiguais correspondentes a diferenças relevantes, distribuições desiguais justas, igualdade processual, regras de nivelamento, nivelamento da riqueza, igualdade de oportunidades, igual satisfação das necessidades fundamentais, a cada um segundo a sua necessidade.

Daí surge a importância de serem garantidos formal e materialmente os Direitos Humanos, a limitar a atuação do Estado intervencionista que adota a bandeira de igualação material das condições de vida, assumindo assim mais funções, para então fortalecer-se, perpetuando interesses facciosos no aparato estatal; Telles Júnior (2001, p. 350), também adverte:

O Poder Público facilmente se afeiçoa ao intervencionismo e ao dirigismo. O poder tem sede de poder. Sem barreiras claras para as suas pretensões, o Estado, a partir de um determinado momento, parece esquecer a sua missão, confunde meios com os fins, e começa a colocar seu poder, não mais a serviço das *Liberdades Democráticas* e do homem do Povo, mas a serviço de seu próprio poder. A idéia de segurança *das pessoas* e do desenvolvimento de *cada um* é substituída pela idéia dominante da segurança e do desenvolvimento nacional.

Eis a corrupção estatal. Será ela capaz de promover a corrupção da pessoa humana?

4 A CORRUPÇÃO

O termo traz sempre o significado de algo que é e deixa de sê-lo, ou que deveria ser mas não é, parcial ou totalmente; assim compreende o significado do vício, contrário à virtude; da deterioração, contrário à manutenção⁶.

A corrupção, ainda que parcialmente, nasce nos desejos⁷, sem o devido 'filtro' da racionalidade e educação social, o que geraria a vontade⁸. O desejo expresso em ações denotam o egoísmo, instinto animal, capaz de suplantar a razão, como característica

⁶ Do latim' *corruptio*, õnis [id.], f. Corrupção: depravação; deterioração'(Torrina, 1942, p. 208); "Corrupção ... Segundo Aristóteles, constitui, junto com seu oposto, a geração, a atualidade de uma das quatro espécies de movimento, mais especialmente o movimento substancial, em virtude do qual a substância se gera ou se destrói. 'A corrupção', diz Aristóteles, 'é a mudança que vai de algo ao não ser desse algo; é absoluta quando vai da substância ao não-ser da substância, específica quando vai para a especificação oposta" (Abbagnano, 2000, p. 214)

⁷ "desejo, tendência tornada consciente de seu objeto. - A fome, que procuro satisfazer e o meu desejo de comer, dela nascido, é a consciência que tenho dessa situação ...É ele que dá à vida afetiva a sua tonalidade, que suscita os sentimentos e as paixões. ..." (Sillamy, S/D, p. 101)

⁸ "vontade, aptidão a atualizar e a realizar suas intenções. - O ato voluntário, precedido de uma idéia ou por ela determinado, supõe uma reflexão (inteligência) e um engajamento (responsabilidade). As condutas que não respondem às exigências deste critério (reflexos, tropismos) não dependem, pois da vontade. ..." (Sillamy, S/D, p. 359)

essencialmente humana, gerando a desarmonia social e política em diversos níveis até o cometimento de crimes.

Na esfera estatal a corrupção está atrelada ao descumprimento da lei ou do sistema legal na complexidade que hoje alcança, regido que é em alto nível de abstração pelos princípios e pelos Direitos Fundamentais, num regramento cada vez menos abstrato até a realidade social, onde expressa o maior grau concretude.

É de se observar que para o Governo, agentes e servidores Públicos, a regência de seus atos, dando-se pelo princípio da legalidade e da legalidade estrita, corrompem-se quando transgridem a lei, ao sistema legal quando ferem os objetivos e valores definidos estruturalmente nele, quais sejam os princípios em suas dimensões semânticas e valorativas contemporâneas socialmente aos atos.

Já para o indivíduo humano não basta a abstração das leis e as regras jurídicas como suficientes para afirmar seus atos enquanto 'justo', o sistema legal busca a indicação do ilícito, que também é injusto em últimos graus, mas a recíproca não é verdadeira.

Muitas podem ser as corrupções que ofendem a integridade moral do indivíduo e que são lícitas, por não terem sido tipificadas, o critério humano para a determinação da Justiça ou corrupção está ligado à Ética, na idéia do bem que nossas ações ou omissões poderão causar aos sujeitos a seus efeitos; assim temos diferentes critérios para avaliar a corrupção segundo o contexto, estatal ou particular, em que se dá a ação (Bobbio et al., 2002, ps. 201/202).

Da mesma maneira se dá com a aproximação entre o público e o privado, a exemplo de quando se exerce uma função pública em favor de interesses pessoais e particulares, aí a corrupção acaba por dar-se em ambos critérios avaliatórios, privada e publicamente, ainda que tal ação não demonstre o descumprimento legal, mas por não atender os objetivos, as finalidades da lei (Garcia, 2010, ps. 95/96).

Há, portanto, sempre sintonia entre a corrupção pública e privada - conformada pelo fato de que qualquer função pública é necessariamente exercida, ainda que em última instância, pelo ser humano. O indivíduo, por sua vez, nem sempre age

politicamente. Apesar disto, é natural que aquele que detém riqueza, poder ou *status* servir de exemplo para os seus observadores, pois neles está contido o desejo de ser ou ter o que aqueles têm e, sem a reflexão e a responsabilidade determinadoras da vontade, acabam por imitar a ação perpetrada por aquele, ainda que corrupta.

Vale trazer à colação os ensinamentos de John Patrick Dobel (O Estado de São Paulo, 1980, p. 119):

A desintegração das forma ordenadas de vida é um problema central da política. Quando a interação diária entre indivíduos e instituições não mais oferecem oportunidades normais ao exercício da integridade, do direito pessoal, ou à autorealização, os teóricos políticos não podem ignorar a decadência.

A partir do que principia estudo que aponta a ocorrência da corrupção nas esferas institucional - as instituições não atendem à população e seus valores -, moral - mudança da moral tradicional num declínio indesejável, onde os indivíduos deixam de agir com autodisciplina e altruísmo, a realizarem exigências indevidas às instituições - e econômica - 'as distribuições desiguais de economia e poder geraram forças que alienaram o povo e levaram a rupturas sociais.

Maria Garcia (2010, ps.100/101) sintetiza a teoria de Dobel segundo os seguintes termos:

Como afirmamos então, a causa da corrupção - aponta Dobel, a fonte da corrupção sistemática, está em certos padrões de desigualdade: em sentido limitado, a corrupção é determinada por escolhas morais individuais; no entanto, a corrupção de um Estado resulta das consequências da natureza humana individual, interagindo com as desigualdades sistemáticas e permanentes de riqueza, *status* e poder. Sob essa desigualdade, certos grupos de indivíduos sancionaram de *facto*, ou legalmente, a prioridade ao acesso à riqueza, ao poder e ao *status*.

As relações entre desigualdade e corrupção centralizam-se nas relações morais das pessoas num Estado desigual e nos padrões políticos que elas enquadram. Há, assim, dois tipos de desigualdades que corrompem o Estado: a de riqueza, maciça e permanente, e a que exclui do poder político e da autoridade.

Conclui apresentando os caminhos à solução da corrupção sistêmica, abrangedora que é de governantes e governados: a cidadania - conformada pela família, educação e trabalho - e a participação política - por intermédio dos diversos instrumentos

formalizados na Constituição do 1988, além doutros instrumentos de democracia direta, todos dependentes de educação popular para terem efetividade e eficácia.

Portanto, proximidade e a interdependência entre a corrupção política e pessoal do ser humano estão claras, ainda que, como visto, possa a ação corrupta: decorrer do ambiente familiar onde tal proceder tenha sido apreendido como comum ou aprovável; da cultura onde é considerada correto o ato eticamente questionável, ou, ainda, do sistema político que se perpetua criando esse ambiente social tolerante e reprodutivo da corrupção.

Independente do que lhe possa ser anterior, na vida do ser humano, a percepção do ordenamento ético, fundado na liberdade humana, na reciprocidade e na alteridade são guias importantes mas que, como tudo, precisam ser ensinados e incentivados para promoverem melhora significativa no conviver social e, mais, a partir de tais comandos interiores, vontade, será mais claro e fácil a crítica ao ordenamento estatal; parte da Ética, mas nem sempre fiel a ela, conforme visto na estória no interior da história nacional e nas reflexões aqui apresentadas.

5 TIBICUERA ENTRE A CORRUPÇÃO E A JUSTIÇA

Resta elucidativa a análise da literatura em referência com o arcabouço da teoria utilizada e indicada no presente trabalho a demonstrar, naturalmente, sua correspondência prática, vejamos:

- Tibicuera nasce Tupinambá e com a conversão ao Cristianismo/Catolicismo, apreende a existência de um Deus único e benevolente, mas não assimila os ensinamentos de Jesus, frente a não conformação dessas informações em conhecimento⁹.

Dessa maneira afeiçoa-se ao Cristianismo e ao Padre Anchieta como demonstradores de outras e novas verdades que, apesar disso, não tiram do Tupinambá a 'selvageria' a mantê-lo em guerras e lutas como aventuras a animá-lo.

⁹ Informação é todo e qualquer dado que chega a nós e o guardamos, conhecimento, por sua vez, implica numa mudança pessoal pela assimilação daquela informação como aprendizado para a vida.

Tem aí uma moral pessoal proveniente ambiente cultural e comunitário em que nasceu, considerando a honra e a bravura como matar em batalhas e não temer a morte.

- Pouco a pouco vai incentivando-se à leitura e sabedoria proveniente dos livros, o que o faz criticar as guerras enquanto terríveis, fratricidas, destruidoras.

O ensino/aprendizado pouco a pouco vai formando conhecimentos e capacitações de formular críticas e autocríticas fundadas em parâmetros éticos, pois passa a admirar pessoas capazes de mudar as situações em que vivem pacificamente, reconhecendo essa habilidade na sabedoria advinda dos livros.

- Formula autocrítica comparativa às suas ações em sua vida pluricentenária e a realização de grandes vultos da humanidade em suas descobertas.

Para o tema do presente trabalho é o auge da obra literária, pois reconhece Tibicuera o saldo negativo de suas ações em comparação aos vultos da humanidade, porque os últimos promoveram descobertas que melhoraram a vida humana, promoveram a cura, prolongamento dessa vida, ou seja trabalharam a favor da humanidade, não contrariamente a ela na busca da morte e destruição.

O parâmetro adotado pelo personagem: 'o proveitoso, ou não, para a humanidade', é critério além do comunitário ou cultural, além do nacional ou estatal, mas na assimilação da ética fundada na moral Cristã - de transcendência internacional e com identidades universais - e a partir da história do Brasil que presenciou antes dos seus primórdios.

- Decide parar de lutar e tornar-se um escritor/poeta reconhecendo tal atitude como capaz de 'melhorar seu saldo' em ações positivas.

O caminho da literatura, da escrita é de grande valia à transmissão do conhecimento e sabedorias havidas pelo conhecimento produzido por cada ser humano disposto à transmiti-las à posteridade.

É o que permitiu à nós, seres humanos, termos a qualidade e modelo de vida que nos leva a buscarmos conhecimentos capazes permitir o sustento de nossas necessidades materiais, e por decorrência o aprofundamento e esclarecimento de saberes passados, capazes de criar novas ferramentas e utensílios, para a comunicação, transporte,

locomoção, estudo, interação social, participação política, produção de alimentos, percepção de outras realidades além da local, nacional, estatal, mas planetária.

Ainda e mais, é o que permite o estudo e formação do conhecimento nos erros e acertos do passado para melhor realizarmos o presente e construirmos o futuro, objetivo básico e essencial da educação e do ensino, pois as instituições de ensino objetivam formar o infante em aprendizados úteis para sua vida pessoal, social, profissional e cidadã harmônicas, o que de início na obra em referência é realçado no capítulo que exulta a história - percebendo-a como o conjunto das aventuras (experiências portanto) humanas, obviamente, essencial para tal objetivo - sob o título *A HISTÓRIA É UMA MARAVILHA*, por indicá-la como o aprendizado da 'aventura humana'.

Interessante observar a semelhança de mensagens que trás a obra *O médico da humanidade e a cura da corrupção*, onde um misterioso personagem (H) visita o candidato à presidência de um país e prestes a tornar-se um dos maiores líderes mundiais, fazendo-o viajar pela história mundial e sofrer muitos dos seus momentos cruciais, para apreender as lições que lhe permitirão curar-se da corrupção que portava inconscientemente em sua história pessoal, julgamentos e ações perenizados sem reflexão, é assim que no desfecho dessa obra afirma este personagem: ' - Mas cuidado, não brinque de Deus. Se você alterar o passado, altera também uma cadeia de eventos e refaz o futuro... Somente a educação pode prevenir as mazelas humanas de forma segura', e como última frase dessa obra literária temos:

Eu me escondo na luz das estrelas, nas camadas de rocha, nos textos dos livros, nos pensamentos inaudíveis, na voz humana. Líderes que não me conhecem estão condenados a perpetuar suas loucuras. Eu sou o médico da humanidade, eu sou a cura da corrupção, eu sou a HISTÓRIA. Quem se candidata a ser o próximo viajante? Barack Obama? Hillary Clinton? Donald Trump? Abraham Lincoln? Adolf Hitler? Você? (Cury, 2016, ps. 225 e 254)

Falta, como faltou a Tibicuera, a educação fundada, também, na história humana a demonstrar acertos e erros, a autodisciplina capaz de permitir sermos senhores do nosso destino, como seres humanos, membros comunitários, entes sociais, cidadãos e em toda a gama de ações pelas quais podemos nos aventurar. A importância do

desenvolvimento humano na autocrítica e disciplina resulta para a pessoa a benesse provada com a ação consciente e promotora da melhora individual e da humanidade no que fazemos, por exemplo e produto, construtivo e proveitoso a todos os envolvidos, a adjetivar-nos por altruístas.

A importância social e política na influência determinada pela ação e exemplos de seres ética e historicamente conscientes, está em promover a melhora crescente em todas as esferas da atuação humana.

O parâmetro valorativo para a atitude justa é ser a ação promotora do bem para qualquer um que prove os efeitos da ação criticá-lo como positivo. O inverso serve à percepção da ação corrupta, injusta, má, ruim. Aqui falamos em termos abstratos e ideais, como a axiologia e a Ética, enquanto ciência da moral.

A história, por sua vez, traz os parâmetros pragmáticos e experimentais para a avaliação, inclusive e especialmente quanto aos métodos a serem adotados para determinados objetivos almejados. Aqui a percepção do justo ou corrupto resta claro e inelutável, pela experiência humana na Terra.

Por todo o dito, diante da corrupção ou injustiça o importante é agir de forma justa e virtuosa, em que pese possa ser difícil, é o único modo de não reforçar o mal perpetrado, doutra maneira estar-se-ia, pela vingança, por exemplo, fortalecendo e perpetuando, pelo exemplo, o mesmo mal na vida social, agindo de maneira virtuosa far-se-á o bem, fortalecendo-o no mesmo meio e, assim, reduzindo a possibilidade de sofrê-lo novamente.

Finalmente é de perceber que a Ética e a História são importantes para o fim de avaliar a justiça ou corrupção, mais, são inseparáveis para a prevenção da corrupção humana e promotoras das Justiças, tanto social quanto individual.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*, Martins Fontes, 2000, São Paulo. 1014p.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*, tradução do grego de Antonio de Castro Caeiro, Editora Atlas, 2009, São Paulo. 280p.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, tradução Carmem C. Varriale, Brasília e São Paulo, editora UNB e Imprensa Oficial de SP, 12ª edição, volume 1. 666p.

BRENDA, Julien. *O Pensamento Vivo de Kant*, Biblioteca do Pensamento Vivo, Tradução Wilson Veloso, Livraria Martins editora, São Paulo. 213p.

CURY, Augusto. *O médico da humanidade e a cura da corrupção*, Editora Planeta, 2016, São Paulo. 254p.

DEL VALLE, Basave. *Filosofia do Homem*, Editora Convívio, 1975, São Paulo. 279p.

DOBEL, John Patrick. *Como e Porquê um Estado se corrompe*, O Estado de São Paulo, 24.02.1980. 117-119p.

GALEFFI, Romano. *A filosofia de Immanuel Kant*, Editora Universidade de Brasília, 1986, Brasília. 372p.

GARCIA, Maria. *Constituição e Estado de Direito: refletindo sobre a Teoria da Corrupção de John Patrick Dobel*, Revista de Direito Constitucional e Internacional do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional - IBDC, Editora Revista dos Tribunais, número 70, 2010, São Paulo. 89-108p.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*, Zahar Editores, 1968, Rio de Janeiro. 330p.

MARITAIN, Jacques. *O Homem e o Estado*, tradução de Alceu Amoroso Lima, Editora AGIR, 1952, Rio de Janeiro. 251p.

REALE, Miguel. *Introdução à Filosofia*, Editoria Saraiva, 2006, São Paulo. 306p.

SILLAMY, Norbert. *Dicionário de Psicologia*, S/D, Editora Larousse do Brasil. 365p.

TELLES JÚNIOR. Goffredo, *Ética - Do mundo da célula ao mundo dos valores*, Editora Saraiva, 2014, São Paulo. 280p.

_____. *Iniciação na Ciência do Direito*, Editora Saraiva, 2001, São Paulo. 386p.

TORRINA, Francisco. *Dicionário Latino Português*, Porto Editora, 1942, Porto/Portugal. 948p.

VERÍSSIMO, Érico. *As aventuras de Tibicuera*, Editora Globo, 1974, Porto Alegre. 152p.